

COLAPSO. Sindicato dá prazo até o dia 15 para governo cumprir acordo

Legistas ameaçam nova greve

BLEINE OLIVEIRA
REPÓRTER

Os médicos legistas vão suspender todas as perícias em Maceió no próximo dia 16 se, até lá, o governo não pagar a gratificação salarial acertada durante negociação em junho passado, e que encerrou a greve da categoria.

Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos de Alagoas (Sinmed/AL), Wellington Galvão, essa foi a decisão da última reunião dos profissionais que atuam no Instituto Médico Legal Estácio de Lima, o IML de Maceió. Além do pagamento da gratificação, eles deram prazo até ontem para que a Secretaria de Estado da Defesa Social (Seds) reforçasse a segurança no Hospital Sanatório, no Farol, onde está provisoriamente instalada a estrutura para exames de conjunção carnal e corpo de delito.

Os legistas cobraram ainda reforço na segurança do Serviço de Verificação de Óbito (SVO), no Trapiche, onde, também provisoriamente, são feitos as necropsias. Encerrado o prazo, ontem pela manhã os legistas que estavam no Sanatório suspenderam a atividade.

Para o presidente do



Ontem pela manhã, os médicos legistas suspenderam as necropsias no Hospital Sanatório

Sinmed/AL, a área de medicina legal volta a dar sinais de crise e, desta vez, há risco de o setor entrar em colapso. "Além de suspender as atividades, muitos legistas podem pedir demissão. Não há interesse em continuar trabalhando em Alagoas, com salários defasados e sem a mínima estrutura", disse.

O argumento é que em Estados vizinhos, como Pernambuco, o médico legista tem remuneração de R\$ 8 mil, enquanto, segundo o Sinmed/AL, o governo alagoano paga pouco mais de R\$ 2.600. Os profissionais reclamam

ainda que o governo não cumpriu o acordo que encerrou a paralisação realizada em junho último.

Foi garantido a eles uma bolsa incentivo que, segundo Galvão, o governo agora quer transformar em bolsa formação, exigindo que os legistas estejam inscritos em algum curso para então receber o pagamento. "Não foi esse o acerto", reage, ressaltando que boa parte dos legistas do IML de Maceió são professores universitários.

Ontem, por meio da assessoria de Comunicação da Perícia Oficial, o governo garantiu que adotou as

providências no sentido de reforçar a segurança policial tanto no Hospital Sanatório quanto no SVO. Quanto ao pagamento da gratificação e ameaça de greve, a informação é de que todas as medidas estão sendo adotadas para garantir o pleno funcionamento dos serviços de medicina legal.

A assessoria da PO revelou ainda que aguarda a autorização da Ufal para executar o projeto de adaptação do espaço do antigo Centro de Ciências Biológicas (CCBi), no Trapiche, que funcionará como sede do IML. ☉